



CARTA MANIFESTO EM DEFESA DO CONANDA E DA ELEIÇÃO NO BIÊNIO 2021 a 2022

Desde 2019, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente - CONANDA vem sofrendo graves ataques a seu regular funcionamento, que vão desde o decreto presidencial que cassou mandatos e fez alterações antidemocráticas no colegiado à não publicação do edital de chamamento de novas eleições, situações que impõem risco à proteção às infâncias e adolescências brasileiras, bem como à participação social. É necessário bradar e agir: o CONANDA vive e luta!

1. Apresentação.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal. Foi criado pela Lei nº 8.242 de 1991, sendo um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, como previsto no artigo 88 da Lei nº 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do/a Adolescente (ECA).

O CONANDA, em sua composição, conta com 28 conselheiros/as, sendo 14 representantes do governo federal, indicados/as por 14 ministérios e secretarias e 14 representantes de entidades da sociedade civil organizada de âmbito nacional, que atuam no campo dos direitos da criança e do/a adolescente, eleitos/as a cada dois anos, com seus/suas respectivos/as suplentes.

De acordo com o Regimento Interno, o CONANDA é funcionalmente vinculado à Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente (SNDCA), que é parte integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Dispõem de quatro Comissões Temáticas Permanentes: Comissão de Políticas Públicas; Comissão Direitos Humanos e Ação Parlamentar; Comissão de Mobilização e Formação, e Comissão de Orçamento e Finanças Públicas e realiza assembleias mensais ordinárias.

É forte em sua histórica atuação no acompanhamento da elaboração e execução do Orçamento da União, garantindo a destinação privilegiada de recursos para políticas direcionadas à população infanto-juvenil; no desenvolvimento de planos e políticas setoriais voltadas às políticas relacionadas às medidas de proteção e socioeducativas, à erradicação do trabalho infantil, à proteção da primeira infância, entre outros. A importância do CONANDA para a formulação e deliberação das políticas públicas voltada para a infância e adolescência é ainda mais evidente em período de crise econômica, política e social, agravada pela crise sanitária em razão da pandemia de Covid-19, que deixou crianças e adolescentes muito mais vulneráveis e no qual as políticas voltadas a essa população correm o risco de ser mais fragilizadas.

2. O que denunciamos e reivindicamos.

A Constituição Federal de 1988 e o ECA trazem um novo olhar sobre a infância e a adolescência, estabelecendo que devem ser absoluta prioridade. Por isso, denunciamos

que a postura do governo é inconstitucional e ilegal. Reivindicamos que a Constituição e o ECA sejam respeitados!

O Brasil é um dos poucos países que prevê legalmente a instituição de um modelo de conselhos paritários e deliberativos na área das políticas para crianças e adolescentes, assim como a estruturação de conselhos tutelares eleitos pelas próprias comunidades. Denunciamos que, tanto a ação de tentativa de reestruturação do CONANDA por Decreto Presidencial de forma discricionária, assim como a não publicação, no Diário Oficial da União, da resolução aprovada legitimamente pelos/as conselheiros/as em assembleia ordinária do CONANDA, que delibera sobre o processo de escolha das novas entidades da sociedade para o mandato de gestão relativo ao biênio 2021/2022, configuram atos autoritários e enormes retrocessos. Reivindicamos o respeito às conquistas democráticas e de participação social. Reivindicamos que crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados em primeiro lugar.

Por isso, as organizações da sociedade civil abaixo inscritas, comprometidas com a defesa incondicional dos direitos de crianças e adolescentes do Brasil, vêm denunciar o desmonte e o não funcionamento do CONANDA, o qual, reafirma-se, é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal, pois, por conta da não publicação no Diário Oficial da União de Resolução sobre eleições, aprovada em plenário em outubro por unanimidade, atualmente o CONANDA está paralisado – sem funcionamento nenhum, sem assembleias agendadas, sem perspectiva de novas eleições. É urgente que toda a sociedade civil tome ciência e atitude, para garantir que se restabeleça a participação e o controle social no campo da infância e adolescência que estão ameaçados.

Deixar o CONANDA inativo viola a Constituição Federal, a regra da absoluta prioridade e o princípio da proteção integral da infância e adolescência, tornando o ato governamental do governo federal, um atentado à vida e à proteção das mais de 65 milhões de crianças e adolescentes brasileiras!

3. Para saber mais sobre o Conanda e os desafios enfrentados.

Há quase três décadas, o CONANDA é o grande guardião dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, não só acompanhando e cobrando a execução de políticas públicas e orçamentárias, mas normatizando e orientando os estados e municípios brasileiros, por meio de destacadas resoluções, além de gerir e controlar as ações financiadas pelo Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente, como definido, para assegurar a política, suas linhas de ação e as diretrizes, tudo em harmonia com o princípio da prioridade absoluta e os artigos 86 e seguintes da Lei nº 8.069 de 1990.

Em um Estado Democrático de Direito, pautado por princípios democráticos, também expressos na Constituição de 1988, a configuração e o funcionamento do CONANDA estão fundados na participação e controle social e na diversidade de vozes para garantia da prioridade absoluta, da proteção integral e do melhor interesse de todas as crianças e adolescentes brasileiros/as, sem distinção, como determina o artigo 227 de nossa Constituição.

Ocorre que, nos últimos anos, o controle social vem sofrendo forte ataque e desrespeito, especialmente pelo governo federal, que de forma recorrente estabelece, por ação ou omissão e por atos normativos discricionários, tentativas de extinguir os colegiados de participação e controle social, ou, ainda, de esvaziar seu sentido e modo de funcionamento. Foi o que se buscou fazer por meio do Decreto 10.003 de 2019, que propõe a reestruturação do CONANDA em sua composição, com cassação de mandatos, e,

sobretudo, com proposta de profundas mudanças no seu funcionamento: nomeação da presidência do Conselho; e substituição de eleições realizadas pelo fórum de entidades da sociedade civil de forma legítima - por processo seletivo a critério do órgão vinculado ao Ministério.

Frente a isso, medidas judiciais foram tomadas. Cabe salientar que decisões monocráticas, desferidas pelo Presidente da República, que destituam organizações eleitas de seus mandatos e substituam eleições por indicação presidencial ecoam um autoritarismo que não combina com o país que escolheu um novo caminho em 1988. Por esta razão que diversas entidades da sociedade civil recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019, para fazer frente a qualquer forma de agressão às instituições, apelando para que reafirmem o papel fundamental que têm desempenhado para a proteção das 65 milhões de crianças e adolescentes brasileiras, e decidam, em defesa do CONANDA, pela democracia. Assim, em decorrência de decisão monocrática do ministro Barroso, deferida no âmbito da Arguição do Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 622, em dezembro de 2019, os mandatos foram restabelecidos.

No entanto, em dezembro de 2020, encerrou-se o mandato da última gestão eleita para o biênio 2019/2020 do CONANDA, sem previsão de novas eleições. O Conselho, portanto, segue numa situação de intensa instabilidade e tem seu destino incerto, sendo fundamental a confirmação tanto dos direitos legítimos das organizações, como de crianças e adolescentes.

Desde início de 2021, o CONANDA encontra-se novamente sem possibilidade de funcionamento e de cumprir seu importante papel de atuação na sociedade, em decorrência da não publicação no Diário Oficial da União (DOU) da resolução com edital das eleições aprovado em plenária regular do CONANDA, o que revela mais uma vez a falta de compromisso deste (des)governo com a defesa e o respeito aos Direitos de Crianças e Adolescentes. Sem gestão eleita para o biênio 2021/2022, não há funcionamento do CONANDA!

4. Entenda os prejuízos do não funcionamento do Conanda.

Por meio da gestão compartilhada, governo e sociedade civil definem, no âmbito do Conselho, as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Além de contribuir para a definição das políticas para a infância e a adolescência, o CONANDA também fiscaliza as ações executadas pelo poder público no que diz respeito ao atendimento da população infanto-juvenil. A

A gestão do Fundo Nacional para a Criança e o/a Adolescente (FNCA) também é uma importante atribuição do Conselho. É ele o responsável pela regulamentação sobre a criação e a utilização desses recursos, garantindo que sejam destinados às ações de promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelece o ECA.

Conheça outras atribuições do CONANDA:

- Fiscalizar as ações de promoção dos direitos da infância e adolescência executadas por organismos governamentais e não-governamentais;
- Definir e orientar quanto as diretrizes para a criação e o funcionamento e fortalecimento dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do/a Adolescente e dos Conselhos Tutelares;
- Estimular, apoiar e promover a manutenção de bancos de dados com informações sobre a infância e a adolescência e deliberar sobre o instrumento a ser aplicado para essa finalidade;

- Acompanhar a elaboração e a execução do orçamento da União, verificando se estão assegurados os recursos necessários para a execução das políticas de promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil;
- Convocar, a cada três anos conforme a Resolução no 144, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do/a Adolescente;
- Gerir o Fundo Nacional para a Criança e o/a Adolescente (FNCA).

5. Escute esse Conselho!

Considerando o amplo rol de atribuições do CONANDA, deixá-lo sem funcionamento, implica em perdas imensuráveis a toda a sociedade. Defender o CONANDA é defender a Constituição Federal! É defender o ECA! É defender os direitos de crianças e adolescentes! É defender a democracia!

As Entidades e Organizações abaixo inscritas, reivindicam a imediata publicação no Diário Oficial da União da Resolução aprovada pela plenária, sobre as eleições do biênio 2021-2022 e a necessária retomada do funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), bem como a declaração de inconstitucionalidade do Decreto Presidencial nº 10.003 de 2019, pois estão comprometidas com a defesa incondicional dos direitos de crianças e adolescentes do Brasil.

Assinam essa carta manifesto:

1. Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
2. Campanha Escute esse Conselho
3. 4daddy
4. ABENFAC
5. ABGLT
6. Abong - Associação Brasileira de ONGs
7. Ação Popular Brasil - APB
8. Ação Social Arquidiocesana De Teresina
9. Ação Social Esperantinense - ASESP
10. Acolher Grupo de Apoio à Adoção
11. Acridas Associação Cristã de Assistência Social
12. Afoxé Bamboxe
13. Agência de Iniciativas Cidadãs
14. AIJF - Instituto Sedes Sapientiae
15. Aldeias Infantis SOS Brasil
16. Aluar
17. Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas
18. AMAR Associação de mães e amigos da criança e adolescentes em risco
19. AMOPETI - Adolescentes Mobilizados pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
20. AMSK/Brasil
21. ANAJUDH-LGBTI
22. ANDI - Comunicação e Direitos
23. Anjos Digitais
24. Apabb

25. APAE Ji-Paraná
26. Articulação Brasileira de Gays - Artgay
27. Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL
28. Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde
29. Ass. Mais Amigas Solidárias
30. Assistência Social Casa Azul
31. Assoc Pamen Cheifa
32. Associação Amigos Especiais - AAME
33. Associação Amigos Voluntários
34. Associação Amor e Vida
35. Associação Antônio e Marcos Cavanis
36. Associação Articulação da Juventude Camponesa
37. Associação Beneficente Cultural Recreativa Dandara
38. Associação Beneficente Da Criança E Adolescentes Em Situação De Risco - Pastoral Do Menor
39. Associação Beneficente Evangélica Da Floresta Imperial
40. Associação Beneficente Nossa Senhora Auxiliadora
41. Associação Beneficente O Pequeno Nazareno
42. Associação Beneficente Parque Primavera Japão
43. Associação Beneficente Pastoral do Menor Talita kum
44. Associação Bom Pastor
45. Associação Brasil Saúde e Ação - BRASA
46. Associação Brasileira de Saúde Mental
47. Associação Brasileira Terra dos Homens
48. Associação Casa Menino Felipe
49. Associação Casa Novella
50. Associação Cidade Escola Aprendiz
51. Associação Ciranda Viva
52. Associação Civil Sociedade Alternativa
53. Associação Comunitária de Forquilha - ACOLHA - Ceará
54. Associação Comunitária de Várzea Alegre
55. Associação Comunitária Monte Azul
56. Associação Comunitária Presbiteriana
57. Associação Cultural Aspiral do Reggae
58. Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia
59. Associação das Pessoas com Deficiência de Pariquera-Açu Departamento de
60. Associação de Apoio a Pais e Autistas
61. Associação de Apoio aos Autistas Laço Azul
62. Associação de Atendimento a Criança a ao Adolescente de Tubarão - COMBEMTU
63. Associação de Conselheiros e Ex. Conselheiros tutelares de MT
64. Associação de Conservação Ambiental Orgânica
65. Associação de Esportes Radicais de Aquiraz
66. Associação de Integração Social Solidária Divina Providência
67. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Manacapuru
68. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo
69. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais LUIZ CORREIA (APAE-Luiz Correia)
70. Associação de Pais e Mestres de Apoio ao Desenvolvimento Social - APMS

71. Associação de Teatro Artes e Yoga
72. Associação Desportiva Recreativa Cultural Pinheiros Dutra
73. Associação dos Defensores da Cidadania
74. Associação dos Estudantes de Roraima (ASSOER)
75. Associação dos Portadores de Deficiência Mental
76. Associação dos Portadores de Deficiência Mental
77. Associação Educacional Arte de Ser
78. Associação Educacional Evangélica Luterana
79. Associação Equoterapia
80. Associação Espírita Lar Transitório De Christie
81. Associação Esportiva e Cultural Esperança
82. Associação Estação Cultura Social e Inclusão Digital
83. Associação Frei Tito de Alencar
84. Associação Internacional de Capoeira Os Bambas do Sol Nascente de Salvador
85. Associação Juízes para Democracia - AJD
86. Associação Juventude em Ação
87. Associação Lifewords Brasil
88. Associação Maylê Sara Kalí
89. Associação Mineira de Reabilitação
90. Associação Nacional Criança Não é de Rua
91. Associação Nacional da Pastoral do Menor
92. Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA
93. Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced)
94. Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
95. Associação Paulistana de Conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares
96. Associação Pestalozzi da Paraíba
97. Associação Pró-família
98. Associação Redes de Desenvolvimento da Maré
99. Associação Santarena de Estudos e Aproveitamento dos Recursos da Amazônia
100. Associação Santo Dias
101. Associação Solidária Vencer Juntos-ASVEJ
102. Associação VIC do Brasil
103. Associação Vida Nova
104. Associação Viva e Deixe Viver
105. Avante-Educação e Mobilização Social
106. Bloco Carnavalesco EURECA
107. Bom Samaritano
108. Campanha Nacional pelo Direito à Educação
109. Cáritas Brasileira Regional MG
110. Cáritas Brasileira Regional Norte 2
111. Cáritas Diocesana de Caicó
112. Cáritas Diocesana de Januária
113. Cáritas Diocesana de Penedo - AL
114. Casa Betânia
115. Casa da criança de Taquatituba
116. Casa da Criança e do Adolescente
117. Casa da Criança Lar dos Franciscanos
118. Casa da Cultura da Baixada Fluminense

119. Casa das Meninas Amando de Barros
120. Casa de Apoio à Criança de Contagem
121. Casa de Apoio ao Menor Irmã Dulce
122. Casa de Cultura IAO
123. Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoguia
124. Casa de Meu Pai
125. Casa do Menor São Miguel Arcanjo
126. Casa do Puríssimo Coração de Maria
127. Casa Novella
128. CEBs
129. CECIP Centro de Criação de Imagem Popular
130. CECUP- Centro de Educação e Cultura Popular
131. CEDECA Casa Renascer
132. CEDECA Ceará
133. Cedeca Emaús
134. Cedeca Maria dos Anjos/Rondônia
135. Cedeca Rio de Janeiro
136. CEDESP Cenlep
137. CEMADIPE
138. CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
139. Central Única dos Trabalhadores CUT
140. Centro Artístico Cultural Belém Amazônia (Rádio Margarida)
141. Centro Comunitário Bom José - CBJ
142. Centro Comunitário Católico e Obras Sociais Oscar Romero
143. Centro da Juventude Santa Cabrini
144. Centro da Juventude Santa Cabrini
145. Centro da Mulher 8 de Março - PB
146. Centro de Apoio e Solidariedade a Vida-ONG Casvi
147. Centro de Convivência É de Lei
148. Centro de Cultura Negra Negro Cosme
149. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan - Cedeca BA
150. Centro de Defesa de Direitos Humanos COL/Proame
151. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos
152. Centro de Defesa dos Direitos Humanos Zumbi dos Palmares
153. Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini
154. Centro de Direitos Humanos Baixada Santista Irmã Maria Dolores
155. Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes
156. Centro de Educação Popular Comunidade Viva - COMVIVA
157. Centro de Formação Integral
158. Centro de Integração Sócio Cultural Aprendiz do Futuro
159. Centro de Referência em Direitos Humanos e Assistência Social da Bahia - CREDIBA
160. Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes- CECRIA
161. Centro de Solidariedade da criança e do Adolescente - CSCA
162. Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social
163. Centro dos Direitos Humanos de Porto Nacional em Tocantins
164. Centro Integrado de Educação e Cultura - Escola São Francisco de Assis

165. Centro Joaquim Vicente Ferreira
166. Centro Social da Paróquia Santa Luzia
167. Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto
168. Centro Social Pe. Alec de Apoio à Criança e ao Menor
169. CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
170. CEVSCA/AM - Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Amazonas
171. CHAMA
172. CIESPI - Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância
173. Círculo Operário Leopoldense
174. Clínica Camila Magalhães
175. Clube Influência do Bem
176. CMDCA de Aurilândia
177. CMDCA de Cristalina
178. CMDCA de Guaratingueta/SP
179. CMDCA de Itabaianinha - SE
180. CMDCA de João Pessoa
181. CMDCA de Lagoa Santa
182. CMDCA de Mariana
183. CMDCA de Maruim
184. CMDCA de Propriá
185. CMDCA de Rio de Janeiro
186. CMDCA de Rio Preto da Eva Estado do Amazonas
187. CMDCA de Santos/SP
188. CMDCAT Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Teresina
189. CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
190. Codeter Metropolitano De Salvador
191. Colegiado dos Fóruns Estaduais e Distrital de Aprendizagem Profissional do Brasil
192. Colégio Alcance
193. Coletivo Black Divas
194. Coletivo das Dez Mulheres
195. Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna
196. Coletivo Malês
197. Coletivo Mosaico
198. Coletivo Mulher Vida
199. Comdica
200. Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/PR.
201. Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul - 7a Região
202. Comissão de Direitos Humanos do CRP/15 (Conselho Regional de Psicologia de Alagoas)
203. Comissão de Direitos Infantojuvenis da OABSP
204. Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB Paraíba
205. Comissão Regional de Justiça e Paz de Mato Grosso do Sul
206. Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência - CRPD
207. Comitê de Participação de Adolescentes

208. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Amapá
209. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Estado do Pará
210. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e adolescentes/AM
211. Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/MT
212. Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
213. CONDICA
214. Conecta em Rede - Rede de Colaboração Solidária
215. Confederação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG
216. Conferência Dos Religiosos do Brasil
217. Conselho de Integração Social
218. Conselho De Leigos Da Arquidiocese De São Paulo - Clasp
219. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Paraíba - CEDCA/PB
220. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes da Paraíba
221. Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS CEDH-RS
222. Conselho Estadual de Fomento e Colaboração (Confoco-BA)
223. Conselho Estadual Dos Direitos da Criança e do Adolescente da Bahia
224. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas
225. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado do Pará
226. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes do Amazonas - CEDCA/AM
227. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB.
228. Conselho Federal de Psicologia
229. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
230. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Cristalina
231. Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Silvânia
232. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes São Leopoldo/RS
233. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Guaratinguetá
234. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Divina Pastora/SE
235. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Abreu e Lima
236. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Acaraú - CE
237. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caicó
238. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre
239. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortim
240. Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Guaiuba - CE
241. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaratinguetá
242. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jordania/MG
243. Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente de Picos Piauí
244. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda
245. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Palmeirândia-MA

246. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes de Santarém
247. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sobral -
CMDPDS
248. Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas
249. Conselho Regional de Psicologia - CRP/02
250. Conselho Regional de Psicologia - Mato Grosso (CRP-18)
251. Conselho Regional de Psicologia 23° Região - Tocantins
252. Conselho Regional de Psicologia da 19° Região/Sergipe
253. Conselho Regional de Psicologia da 19° Região/Sergipe
254. Conselho Regional de Psicologia da Bahia - CRP-03
255. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais
256. Conselho Regional de Psicologia DF CRP 01
257. Conselho regional de psicologia do Espírito Santo
258. Conselho Regional de Psicologia do Maranhão - CRP-MA
259. Conselho Regional de Psicologia do Pará e Amapá da 10ª Região
260. Conselho Regional de Serviço Social - PA
261. Conselho Tutelar Bastos/SP
262. Conselho Tutelar Brasília I
263. Conselho Tutelar Carnaíba
264. Conselho Tutelar de Feira de Santana BA
265. Conselho Tutelar de Guaratinguetá
266. Conselho Tutelar de São Fernando RN
267. Conselho Tutelar de Vera Cruz SP
268. Conselho Tutelar Propriá
269. Conselho Tutelar-Zona Rural de Abaetetuba/PA
270. COR Centro Orientacao a Familia
271. Coral Cênico Cidadãos Cantantes
272. CRAS Ferraria
273. Cras Florence
274. Cras Lagoa - Belo Horizonte
275. Creas Gilberto Antônio Dos Santos La E Psc
276. Criança Segura
277. CRJP/ MS
278. CRP 24
279. deFEMde - Rede Feminista de Juristas
280. Defensoria Pública do Distrito Federal
281. Defensoria Pública do Paraná
282. Departamento Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae
283. Desafio Jovem do Maranhão
284. Desencarcera Rondônia
285. DESPATOLOGIZA - Movimento pela Despatologização da Vida
286. ECOVAM
287. Educação e Saúde ESALM
288. Educandário Família de Nazaré
289. Educare São Roque Educacao Infantil
290. Eliane Constantino Marques
291. ELO Ligação e Organização
292. EMEB Antônio Brunholi Netto

293. Escola Arte de Ser
294. Escola de Conselhos de Pernambuco
295. Escola de Formação Quilombo dos Palmares
296. Escola de Gente - Comunicação em Inclusão
297. Escolinha de Futebol Paz e Amor
298. Espaço Voar - RJ
299. Essor Brasil
300. FAOR Fórum da Amazônia Oriental
301. FDCA/AL
302. FDCA/AP
303. FDCA/BA
304. FDCA/DF
305. FDCA/GO
306. FDCA/MA
307. FDCA/PA
308. FDCA/PB
309. FDCA/PI
310. FDCA/PR
311. FDCA/RJ
312. FDCA/RN
313. FDCA/RO
314. FDCA/SP
315. FDCA/TO
316. FEACTION- Brasil. Fórum Ecumênico Aliança ACT-Brasil
317. FECTIPA-MG
318. FEDCA/AM
319. Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas
320. Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas
321. Federação das Associações Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro
322. Federação Espírito Santense de Cultura e Povos Tradicionais de Matriz Africana
323. Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI
324. FENASE
325. FENATIBREF
326. FNTSUAS
327. Fórum das Ong Aids do Estado de São Paulo
328. Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Alagoas (FETIPAT/AL)
329. Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS de Pernambuco - FETSUAS/PE
330. Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS do Rio Grande do Sul - FETSUAS/RS
331. Fórum Estadual de Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social do Estado de São Paulo - FETSUAS/SP
332. Fórum Estadual dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Alagoas
333. Fórum Estadual dos Usuários do Sus do Rio Grande do Sul
334. Fórum Estadual PETI - SE
335. Fórum Grita Baixada
336. Fórum Juventude Sul Fluminense em Ação
337. Fórum Mineiro de Saúde Mental

338. Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Santos - SP
339. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI
340. Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente - FPETIPA
341. Fórum Regional de Trabalhadores do SUAS da Baixada Santista
342. Frente de Defesa DCA - MG
343. Frente Gaúcha em Defesa do SUAS e da Seguridade Social
344. Funase PE
345. Fundação Angélica Goulart
346. Fundação de Assistência às Meninas e Meninos de Arapiraca
347. Fundação Fé e Alegria do Brasil
348. Fundação Fé e Alegria do Brasil
349. Fundação FEAC
350. Fundação Irmã Dulce de Montes Claros
351. Fundação Jari
352. Fundação Roberto Marinho
353. Fundação Van Leer
354. Fundação VIVER Produzir e Preservar
355. Gaape
356. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares GAJOP
357. Garcia & Ribeiro Advogados
358. GIIRAL Desenvolvimento Humano e Local
359. Girl Up Brasil
360. Grupo de Estudo Cultura Identidade E Ciganos - GECIC
361. Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Crianças, Adolescentes e Famílias (GCAF/Unifesp)
362. Grupo de Estudos Culturais (Gec)
363. Grupo de Trabalho "Direitos, Infâncias e Juventudes" do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais
364. Guarda Mirim de Foz do Iguaçu
365. Guarda Mirim de Guaratinguetá
366. Ibase - Instituto brasileiro de análises econômicas e sociais
367. IDEAS
368. IFCE
369. Inspetoria Nossa Senhora da Penha
370. Inspetoria São João Bosco - Centro Juvenil Oratório Mamãe Margarida
371. Instalação do Menor da Região de Jacobina
372. Instituição Beneficente Martim Lutero
373. Instituição Casa de Moisés
374. Instituto Alana
375. Instituto Aliança com o Adolescente
376. Instituto Anne Sullivan
377. Instituto Assistencial Dom Bosco
378. Instituto Braços
379. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
380. Instituto Camará Calunga
381. Instituto Canto De Luz
382. Instituto Co-Labore

383. Instituto Cores
384. Instituto Cultural Arte Brasil
385. Instituto Cultural e Educacional Fazendo o Bem
386. Instituto Cultural e Educacional Matéria Rima
387. Instituto da Infância - IFAN
388. Instituto Dakini
389. Instituto Daniel Comboni
390. Instituto de Ação Social Renascer
391. Instituto de Desenvolvimento Estudos Ações e Implementações Sociais
392. Instituto de Desenvolvimento Social e Ambiental - IDESAB
393. Instituto de Desenvolvimento Social e Cultural-IDESC
394. Instituto de Mulheres Negras do Amapá
395. Instituto Espírito de Luz - IEL
396. Instituto Fazendo História
397. Instituto Interosical Desenv Econ Social E Ambiental
398. Instituto Liberta
399. Instituto Lucas Amoroso
400. Instituto Menino Miguel
401. Instituto Meninos Do Por Do Sol
402. Instituto Nacional do Trabalhador
403. Instituto Prios de Políticas Públicas e Direitos Humanos
404. Instituto Promover
405. Instituto Rede Abrigo
406. Instituto Trabalho Decente
407. Instituto Viva Infância
408. Instituto viva infância
409. Instituto WCF (Childhood Brasil)
410. Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
411. Intituto EcoVida
412. Irradiando conhecimento
413. ISBET
414. Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
415. Laboratório de Pesquisa em Práticas Sociais
416. Laboratório de Psicanálise e Política. IP USP
417. Laboratório de Teoria Social Filosofia e Psicanálise (LATESFIP)/USP
418. Lar das Moças Cegas
419. Lar Hermínia Scheleder
420. Lar São José
421. Marista Centro Norte
422. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
423. Mediadora
424. MNEAS - Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social
425. MOC - Movimento de Organização Comunitária
426. Movimento Bandeirante de Roraima
427. Movimento BH pela Infância
428. Movimento de Adolescentes e Crianças - MAC
429. Movimento de Meninos e Meninas de Rua - Amapá
430. Movimento Independente Mães de Maio

431. Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB)
432. Movimento Mãe e Familiares do Curió
433. Movimento Nacional de Direitos Humanos MNDH Brasil
434. Movimento Nacional de Entidades
435. Movimento Nacional de Luta pela Moradia
436. Movimento Nacional de Meninos (as) de Rua da Paraíba
437. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
438. Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária
439. Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes
440. Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes
441. Movimento República de Emaús
442. Movimento Xingu Vivo Para Sempre
443. NECA - Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente
444. Núcleo Acesso - Instituto Sedes Sapientiae
445. Núcleo Criança de Valor
446. Núcleo De Atendimento E Aprendizagem De Adolescentes E Jovens
447. Núcleo de Educação Popular "Raimundo Reis"
448. Núcleo de Estudos, pesquisa, extensão e assessoria sobre Infância e Adolescência da Universidade Estadual de Ponta Grossa
449. Núcleo de pesquisa em políticas públicas de saúde mental (Nuppsam) da UFRJ
450. Núcleo Teatral O Guri
451. NUDHES - Núcleo de Direitos Humanos e Saúde da População LGBT
452. OBRA Auxiliar da Santa Cruz
453. Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança
454. Obra Social Santa Clara
455. Obra Social São João Bosco
456. Observatório Latino-americano sobre Tráfico e Contrabando de Migrantes (Capítulo Brasileiro)
457. ODH Projeto Legal
458. OMEP BRASIL
459. Omnisciência - Educação para Paz
460. Ong Ação e Cidadania
461. Ong Gasco Grupo De Ação Social Comunitária
462. ONG Nosso Lar
463. Ong Vida Brasil
464. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Amapá
465. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Pará
466. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional São Paulo
467. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Sergipe
468. Organização Inclusiva da Pessoa com Deficiência Taguatinga/DF
469. OSC VIDA
470. Outras Amélias: Mulheres de Resistência e Luta
471. Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado do Pará
472. Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia
473. Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Acre
474. Parafuso Educomunicação
475. Paróquia de São Pedro Apóstolo

476. Pastoral da Cidadania - Diocese de Santos
477. Pastoral da Criança Vitória do Jari
478. Pastoral do Menor Arquidiocese de Belo Horizonte
479. Pastoral do Menor Arquidiocese de Mariana - MG
480. Pastoral do Menor arquidiocese de Montes Claros
481. Pastoral do Menor da Arquidiocese de Belém - PAMEN
482. Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo
483. Pastoral do Menor de Barbacena - MG
484. Pastoral do Menor Diocese de Santos
485. Pastoral do Menor Santo André
486. Pastoral do Menor, Paróquia São José Operário Diocese de Jundiá
487. Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de SP
488. Plan International Brasil
489. Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil
490. Programa de Investigação Epidemiológica em Violência Familiar/IMS/UERJ
491. Projeto Amoras
492. Projeto Bom na Bola Bom na Vida
493. Projeto Comunitário Sorriso da Criança
494. Projeto Comunitário Sorriso da Criança
495. Projeto Gerações
496. Projeto Meninos e Meninas de Rua
497. Projeto Os Cinco Passos
498. Projeto Tia Egle
499. Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e Entorno
500. Prupê pra Brincar
501. Quadrilha Junina Estrela Do Divino
502. Rede Brasileira Infância e Consumo - Rebrinc
503. Rede Cidadã
504. Rede Conhecimento Social
505. Rede de Atendimento Integrado a Criança e ao Adolescente
506. Rede de comunidade e movimento Contra violência
507. Rede de Conselhos da Pessoa Idosa do Vale do Paraíba e Litoral Norte/SP
508. Rede de Juventude Negra da Bahia
509. Rede de Paulo Freire do Nordeste
510. Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio
511. Rede Ecocidadania
512. Rede Estadual da Primeira infância do RN
513. Rede Evangélica Nacional de Ação Social
514. Rede Feminista De Saude
515. Rede Mulher e Habitat
516. Rede Nacional Internucleos da Luta Antimanicomial - RENILA
517. Rede Não Bata, Eduque
518. Rede Paraibana de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
519. Rede Rio Criança
520. Rede Um Grito pela Vida
521. RENAS Rio
522. Rompenuve - Direitos Humanos
523. RSB - Pólo SP

524. Secretaria de Estado De Segurança Pública e Defesa Social do Pará
525. Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Empreendedorismo de Pacoti
526. Secretaria Executiva dos Conselhos Setoriais
527. Secretaria Municipal de Assistência Social
528. SEFAZ - BA
529. Serpaf
530. Serviço de Paz – SERPAZ
531. Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS)
532. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Roraima
533. Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina - SinPsi-SC
534. Sindicato Dos Psicólogos De Sp
535. SINDSERT - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Timbiras - MA
536. Sintibref - MG
537. Sistema De Apoio A Saude São Rafael
538. Sociedade Brasileira de Pediatria
539. Sociedade Civil Casa de Educação Projeto Vida Padre Gailhac
540. Sociedade Filarmônica Maestro Abílio Pereira Leite
541. Sociedade Mineira de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
542. Solar Meninos de Luz
543. SUR Clínica e Intervenção Social
544. Sustenidos Organização Social de Cultura
545. Themis Gênero Justiça e Direitos Humanos
546. Tia Júlia Primeira Infância
547. Unegro
548. União Brasileira Dos Estudantes Secundaristas
549. União da Juventude Socialista
550. União da Juventude Socialista - RN
551. União de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Maranhão - UNICECTMA
552. União Marista do Brasil - UMBRASIL
553. União Sul Brasileira de Educação e Ensino
554. Universo Educom
555. Vigere Psicoterapia Ltda
556. Violes
557. Viração Educomunicação
558. Visão Mundial
559. Viva rio
560. Web Rádio Digital
561. Zelo Consultoria em Educação e Desenvolvimento Infantil